

A PEVERSIDADE DO DESEJO SEXUAL: OS DISCURSOS NEGATIVOS DE AGOSTINHO DE HIPONA E A NEGAÇÃO DA ATIVIDADE SEXUAL

Ludmila Noeme Santos Portela¹

Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira²

Resumo: Os discursos negativos no que dizem respeito ao corpo tiveram o seu apogeu com o advento do Cristianismo. Na religião cristã, tais discursos que eram provenientes do movimento asceta estoico, foram apropriados pelos Pais da Igreja e difundidos em maior escala, nesse sentido, o corpo e o ato sexual foram relegados às categorias inferiores da sociedade, relegados à margem social.

Palavras-chave: Corpo; Sexualidade.

Abstract: Negative discourses concerning the body were at their zenith with the advent of Christianity. In the Christian religion, such discourses were descendants of the ascetic movement, were created by the Fathers of the Church and were spread on a larger scale, in that sense the body and the sexual act were relegated to lower categories of society, relegated to social margin.

Keywords: Body; Sexuality.

Jacques Le Goff considera que de todas as grandes revoluções culturais que ocorrem no Ocidente, das quais foram promovidas pelo Cristianismo, as que estão ligadas ao corpo foram as principais e as mais importantes. (LE GOFF, 1994, p. 145).

No século V, a Igreja Cristã latina se destacava no antigo mundo romano como a única Instituição Central e sua influência fora promotora de mudanças, visto que o enfoque positivo dado à natureza humana, como a musculatura do corpo dos soldados, concedeu lugar as questões da vontade do ser, aos desejos que, espelhados na preocupação da doutrina pessimista de Agostinho de Hipona, conduzem nos discursos religiosos a concupiscência da carne ao primeiro plano.

Nesse sentido, a carne humana no início da Idade Média (BROWN, 1990, p. 357), oscilou entre o Pecado Original de Adão e Eva e a salvação do sujeito cristão. É uma história cristã de renúncia sexual, visto que no ano de 546 o imperador Justiano proíbe os atores em suas peças teatrais de vestirem os mantos sagrados dos monges. É o início do trato rigoroso do

¹ Doutoranda em História Medieval pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman. Membro Laboratório de Estudos Trado Antigos e Medievais Ibéricos Sefaradi (Letamis). E-mail: Ludmilaportela@yahoo.com.br.

² Mestrando em História Medieval pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, sob a orientação do Prof. Dr. Marcus Baccega. Membro Laboratório de Estudos Trado Antigos e Medievais Ibéricos Sefaradi (Letamis). E-mail: gattpablo@gmail.com

Cristianismo quanto ao corpo que, pautado pela desobediência original, deferiu nas cidades e aldeias paulatinamente um imaginário homogêneo.

Embora no seio da Igreja dos primeiros séculos houvessem controvérsias perante os sentidos que carregavam a carne, diferentemente sujeitava-se o homem da Roma antiga, em que a única preocupação e negação institucional permeava a passividade do cidadão aristocrata. Temos também no Império do Oriente, anteriormente ao apogeu do Cristianismo, uma moral em que o dinheiro e o estamento social se sobressaem ao Evangelho no que concerne o casamento e o divórcio. Além disso, a lógica cristã gradualmente geriu o corpo por meio de um templo sacrossanto (BROWN, 1990, p. 360), em que a união dos sexos, pela oposição homem e mulher, deveria gerar filhos para a perpetuação da palavra de Deus. O pai de família, no século IV, perde o direito de negar o filho, assim como são proibidos os métodos anticonceptivos, uma vez que tais atitudes são movidas às esferas pagãs.

O papel de Deus aparece na formação do casal e posteriormente na formação dos filhos, engendrando uma sociedade de lares devotos, de sujeitos cristãos, acompanhados de restrições às práticas sexuais, pois para os homens assumissem a forma de Cristo ressuscitado se fazia necessário a renúncia do corpo. Uma vez que os líderes latinos atrelavam o mal presente no mundo à vontade humana, os Padres do deserto defendiam que a castidade era uma forma de abundância da paz. É então no século VI, que as noções cristãs se tornam hegemônicas no imaginário desses homens, dado que "desbaratamento do corpo marcou o término do mundo clássico e o início da Idade Média." (BROWN, 1990, p. 363). Agora a representação do ato sexual, quando praticado pelo casal em dias proibidos pela Igreja, causava a geração de filhos leprosos e epiléticos. Nesse sentido, "da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente uma busca de uma ética pessoal, a uma moral como obediência a um sistema de regras." (FOUCAULT, 2006, p. 289-290), emergindo-se uma moral em que há a valorização da renúncia de si.

Por sexualidade entendemos um dispositivo que engloba os discursos, atitudes mentais, proposições filosófica, morais e elementos heterogêneos. Empregada como nomenclatura somente no século XIX, para descrever a historicidade dos corpos e das práticas sexuais, na Idade Média a sexualidade fora um *peccatum*, um desvio da justiça original, um peso carregado pela humanidade devido ao Pecado Original, pois o cristianismo produziu uma nova orientação para a sexualidade, introduzindo a ideia que há uma relação entre carne e pecado. Nota-se que a sexualidade é um valor constituído por grupos sociais no tempo e espaço, variando de acordo com cada sociedade analisada e imaginário, artifício construído socialmente e usado no discurso religioso medieval para o controle dos corpos.

Para Michel Foucault em sua obra *Microfísica do poder* de 1979, o sistema de poder religioso e as práticas corporais estão diretamente ligadas. A prática do poder não impede o saber sobre determinados assuntos, pelo contrário, esse poder produz o saber, constituindo uma verdade acerca do corpo. Em qualquer sociedade encontramos relações múltiplas de poder que atravessam o corpo social, todas relações ligadas à prática do discurso, posto que esse poder está interiorizado na consciência das pessoas e nas relações que submetem inquéritos de verdades, assim como foram submetidos os homens medievais às pastorais de confissões. Esse poder que sobrepuja as regras e circula em cadeias funciona como uma rede, ultrapassando e moldando o homem ao impor aparelhos de punição, sujeitando os seus corpos, gestos, comportamentos e atitudes.

Durante a história da era cristã não encontramos um modelo comportamental homogêneo no que tange a sexualidade a ser seguido. Na Roma antiga a promiscuidade estava atrelada aos escravos, que computavam 25% da população, uma vez que não eram considerados cidadãos pois não tinham deveres morais algum com a pátria. Nesta lógica, o casamento funcionava como um negócio, em que não se fazia presente o sentimento a dois. Casar-se era um dever cívico, visto que o único objetivo era o de procriação, gerando homens livres para o Império. A instituição do casamento monogâmico já se fazia presente, nesse sentido, existiu uma conduta ordem cívica, de responsabilidade para com a sociedade. O sexo não era livre, era de caráter reprodutivo, dado que o cidadão aristocrata poderia procurar a satisfação dos prazeres com um escravo ou em lugares públicos próprios para o flerte, uma vez que o mesmo não fosse submisso.

No final da fase do Império, a filosofia estoica abarca a vida privada desses sujeitos. Descolando de uma conduta vinculada à cidade para o equilíbrio pessoal, o homem transita entre a vigilância no que tange o prazer e a real necessidade da matéria. O corpo se enquadra entre a dualidade da contenção e da educação, jamais da satisfação dos desejos. Nesta ocasião existiu uma luta no interior do homem frente aos excessos provocados pelo prazer. Mesmo com a virada estoica o sexo continuou a ser visto para a procriação, uma vez que quem quer ser um homem de bem só deve fazer amor para ter filhos. O estado de casamento não serve aos prazeres venéreos. O estoicismo de fato fora uma filosofia que estimulou a autonomia, o controle de si. Nessa perspectiva, o sexo é vigiado pelo homem no que tange o seu prazer, sempre observando a não exaltação da carne, pautado em um autocontrole.

No final do século IV, um dos principais representantes do Cristianismo dos primeiros séculos, Agostinho de Hipona, em suas obras afirma que a sexualidade está presente nos homens, inclusive estava presente em Adão e Eva de maneira consciente, dado que as núpcias dignas da felicidade do Paraíso, se não tivesse havido o pecado, teriam gerado filhos dignos de

amor e não teriam vergonha da libido. Vemos em Agostinho a aceitação do matrimônio desde que o intuito final seja a reprodução, entretanto, a castidade e a abstinência são defendidas como os modos mais elevados de vida, pois esta paixão libidinosa, de que agora estamos a tratar, excita a vergonha tanto mais quanto mais o espírito.

A prática do ato sexual fora entendida por ele em função de um *debitum conjugale*, pois a desobediência é compreendida como o desejo sexual não controlado, dado que toda desobediência reflete o ato primário de Adão perante ao criador. Temos um Agostinho preocupado com o desejo sexual, em que esse desejo deveria ser disciplinado e observado constantemente. A construção do discurso de Agostinho caracteriza-se pela contrariedade ao ato sexual praticado pelo prazer, pois o Pecado Original acarretou para os homens a mancha do prazer, transferindo uma negatividade para a prática da atividade sexual, uma vez que agora a carne é movida pela paixão libidinosa.

Assim como na Grécia antiga o sexo servia como meio de suporte para as iniciações ao conhecimento, o mesmo estava vinculado com a verdade. Passa-se ao caráter da descontinuidade quando na época imperial prevaleceu-se uma moral sexual que privilegiou o casamento apenas entre cônjuges de sexos opostos, tendo a aceitação do ato sexual com o intuito da procriação. Ainda no Alto Império Romano, médicos e filósofos atuaram no sentido de promover uma moral sexual (BROWN, 1990, p. 79), que abraçada pelo Cristianismo, inaugurou uma nova época na Europa Medieval. Esse novo imaginário constituiu-se por meio de um sistema de representações de cunho moral, entre o homem e o seu corpo.

A prática do ato sexual, portanto, não é má, mas necessária para a reprodução e para perpetuação da palavra de Deus, entretanto deve ser vigiada pois a satisfação da concupiscência da carne passou a ser retratada como a não vontade de Deus. Nessa perspectiva, inscreve-se no Cristianismo, juntamente de temas já presentes anteriormente ao seu apogeu, uma moral pautada na desobediência de Adão e Eva e na vigilância constante de si, em que a carne se fez “verbo”.

Toda a culpa primária de Adão e Eva é refletida nas ações dos homens. Esse desejo, segundo a doutrina do Cristianismo se faz presente inicialmente nos sujeitos por meio de um viés negativo, necessitada ser exteriorizado pela pastoral da confissão para que a busca pela verdade ocorra. É por intermédio do estímulo a confissão que a Igreja assegurou o controle sobre os sujeitos cristãos e é no desejo sexual que se trava uma luta interna entre carne e espírito, apontando para um Cristianismo incumbido de reconhecer no indivíduo um sujeito portador de uma sexualidade perigosa.

O discurso fornece controle e vigilância face à sociedade, excluindo a permanência de um sujeito de conhecimento dado. Trava-se então, estratégias, perguntas, respostas de dominações, esquivas e lutas, como podemos exemplificar durante a Idade Média nas confissões como formas gerais de pesquisas sobre a verdade. Realizada pela Igreja cristã, dado que a mesma passou a confiscar tudo o que se encontrava relacionado ao âmbito interpessoal, as confissões são as formas de saber, pois o homem é pecador desde o seu nascimento, característica advinda do Pecado Original (ST, I-II, q. 82, a. 1), ou seja, tem muito o que dizer ao padre.

Pela pastoral da confissão o pecador confessa todas as suas faltas perante a leis de Deus, tendo o confessor como função principal a guia do pecador para o caminho correto. Na confissão os homens têm noção de suas vidas, atos e de suas almas, é uma forma de controle social e das subjetividades humanas. Nesse sentido, o Ocidente medieval elabora sobre a prática da sexualidade a verdade do saber, por meio de uma moral exteriorizada, em que na pastoral da confissão o homem tem o dever de falar sobre si para outrem, configurando-se em sujeitos subordinados pelos discursos disciplinadores de efeito verdade.

A Cristandade desde os seus primórdios fora negativa ao ato sexual. Fora a Igreja na Idade Média que, como força dominante na vida moral e espiritual dos homens, especificou o que seria permitido durante à prática do ato sexual (RICHARDS, 1993, p.33). Essa relação da Igreja com o ato sexual seguiu uma linha quase que geral durante todo o período, pois já de início o sexo era visto como um mal necessário, uma vez que a perfeição espiritual transcende a carne, por meio da virgindade e do celibato, uma vez que a “diabolização da carne e do corpo – considerado como suporte da devassidão e centro de produção do pecado – negou ao corpo toda e qualquer dignidade.” (LE GOFF, 1994, p. 160). Nesse sentido, o casamento monogâmico e indissolúvel fora uma tentativa de regulamentação da atividade sexual, como vínculo de combate a fornicção, aceito apenas quando realizado para a procriação. É apenas no século IX, na França, que o casamento se torna doutrina sacramental, dado no que século XII a Igreja assume o total controle da instituição matrimonial. Nesse contexto, o papel da mulher continua subjugado, dentro e fora da instituição do casamento, pois o controle antes do pai passa para o marido. Essa mulher necessita ser disciplinada, dado é considerada herdeira direta de Eva e que provoca no homem o despertar dos desejos mais profundos.

Sendo assim, por meio da centralidade cristã no período medieval “a visão da Igreja sobre o casamento como a pedra fundamental de sociedade cristã estável era geralmente aceita.” (RICHARDS, 1993, p.44), assim como a visão sobre à prática ato sexual. A proibição do ato atingiu patamares cada vez maiores, chegando a ser proibido em dias de festas religiosas, domingos, durante os períodos de jejuns, na gravidez e o período menstrual da mulher.

Fora por meio das confissões e dos penitenciais que a Igreja pode deter algum conhecimento das práticas realizadas pelos leigos, uma vez que as penas mais graves eram direcionadas aos mais velhos, casados e principalmente aos clérigos, por serem representantes da ordem moral, ocorrendo por intermédio da negação da carne “o deslizamento do sentido da palavra caro – a humanidade assumida pelo Cristo na Encarnação – para o de carne fraca, corruptível, e do de carnal para o de sexual.” (LE GOFF, 1994, p. 160). Consideramos, então, a Idade Média Central como um espaço de valor cultural, extremamente penetrado e regulado pelos valores religiosos e pela ideologia cristã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO DE HIPONA. *Cidade de Deus*. Tradução B. Dombart e A. Kalb. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*. 2º ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FEITOSA, Lourdes; RAGO, Margareth. Somos tão antigos quanto modernos? Sexualidade e gênero na Antiguidade e na modernidade. IN: FUNARI, Pedro Paulo. *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Organização e seleção de textos: Manuel Barros da Motta. Coleção Ditos e Escritos. v. V. 2 Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: As minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.